

PALOP's:

passar das relações comerciais ao investimento

O PRECÁRIO funcionamento das economias dos países do grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e a falta de capacidade de resposta para o investimento estrangeiro dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), foram algumas das conclusões das II Jornadas de Cooperação Económica e Financeira com os PALOP, realizadas, esta semana, no Porto.

Os empresários portugueses presentes na iniciativa mostraram-se, apesar de tudo, interessados no investimento em África, correspondendo assim ao «desafio» lançado pelos representantes dos PALOP's presentes nas jornadas.

A Sociedade Nacional de Sabões — que importa matérias primas daqueles países e exporta óleos e sabões — manifestou mesmo vontade de «passar de uma fase activa de relações comerciais, para o investimento definitivo nos sectores primário e de serviços», disse ao EXPRESSO um responsável da empresa. Luís Santos, que se recusou por enquanto a dar mais pormenores, embora afirmando que «é já um projecto definitivo e concreto».

Duarte Jesus, técnico na Comissão das Comunidades, observou por seu turno que «em Portugal falta um tecido bancário especialmente vocacionado para a cooperação económica com África.» Dai que também se tenha concluído que é preciso criar «uma instituição que centralize as informações e operações necessárias aos processos de investimento português» nos PALOP's, que conta com «a colaboração das associações empresariais», assim como a «existência de acordos bilaterais de promoção e protecção» dos investidores.

Avançar com projectos integrados

Importa, por isso, na opinião de Duarte de Jesus, «avançar com projectos integrados de desenvolvimento e não individuais», de forma a que a cooperação e a ajuda ao desenvolvimento «não se continue a confundir com uma dádiva ou um acto de caridade», apesar de admitir que «o investimento privado e a criação de 'joint ventures' podem ser «figurinos para a geração de riqueza». Ao des-

crever a «realidade dos PALOP's», este técnico da CEE refere que «os meios industriais estão totalmente desadequados ao tipo de cultura» e que «há um peso exagerado do poder político sobre o empresarial».

O país africano que parece estar mais organizado para a cooperação é a Guiné-Bissau, que elaborou, recentemente, o Novo Código de Investimento Estrangeiro, concedendo isenções fiscais de três a oito anos. O objectivo é incentivar o investimento no sector primário e nas actividades de exportação e atrair o «know how» disperso pelos países que, no passado, estiveram presentes em África. Em troca, as empresas estrangeiras terão de garantir a formação profissional de técnicos e quadros nacionais.

Áreas prioritárias

O desenvolvimento dos sectores rural, florestal, e, ainda, das pescas e minas são áreas de investimento consideradas prioritárias pelo embaixador guineense, Hugo Borges, que realçou a importância das culturas tropicais. «Já temos alguns investidores portugueses na agricultura, a quem damos vantagens no acesso ao crédito interno e concedemos terrenos para exploração», disse ao EXPRESSO este diplomata, salientando a necessidade de desenvolver a cultura do arroz. «O Senegal (país vizinho) importa da Tailândia cerca de 400 mil toneladas de arroz. Se conseguíssemos ser nós a exportar para o Senegal, era um bom negócio», afirmou. Apesar de «o grosso dos cooperantes serem portugueses, o financiamento é estrangeiro o que nos impõe uma série de condicionamentos», considerou, ainda, Hugo Borges.

As II Jornadas de Cooperação com os PALOP's foram organizadas pela Fundação Afro-Lusitana, recentemente reconhecida pela CEE como uma Organização Não Governamental, «embora não tenhamos sido, ainda, reconhecidos pelo Governo português como instituição de utilidade pública», sublinhou António Vilar, presidente da Fundação. Nestas Jornadas estiveram, ainda, representantes de Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Cesaltina Pinto